

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.945 - BA (2019/0252206-2)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : LUIZ MOTA SANTANA**  
**ADVOGADOS : SUÊDY AURELIANO DA SILVA DE MENEZES E OUTRO(S) -**  
BA019199  
ANA CAROLINA FERNANDES DE CARVALHO - BA034145  
**AGRAVADO : BANCO BS2 S.A.**  
**OUTRO NOME : BANCO BONSUCESO S.A**  
**ADVOGADOS : LOURENÇO GOMES GADÊLHA DE MOURA - PE021233**  
GIULLIANO CECÍLIO CAITANO SIQUEIRA - PE023989  
MANOEL ÍTALO NÓBREGA MARINHO E OUTRO(S) -  
PE032993  
VANESSA DE MENEZES HOMEM - BA032173

**DECISÃO**

Mediante análise do recurso de LUIZ MOTA SANTANA, constata-se que o Vice-presidente do Tribunal de origem determinou o retorno dos autos ao relator para exercer o juízo de retratação de acordo com tese firmada no âmbito dos repetitivos (fl. 265).

Em julgamento proferido às fls. 269/278, a Câmara, manteve o acórdão que havia negado a apelação. Contra o referido acórdão, a parte interpôs o presente agravo em recurso especial.

É o relatório. Decido.

O agravo em recurso especial previsto no art. 1.042 e seguintes do CPC é destinado a atacar decisões que efetivamente analisam os pressupostos de admissibilidade do recurso especial na origem.

No caso, o agravo foi interposto contra acórdão, o que o torna manifestamente incabível.

A aplicação do princípio da fungibilidade "pressupõe dúvida objetiva a respeito do recurso a ser interposto, inexistência de erro grosseiro e observância do prazo do recurso correto, o que não ocorre na espécie" (AgRg nos EREsp n. 1.357.016/RS, Primeira Seção, relator Ministro Ari Pargendler, DJe de 2/8/2013).

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte Recorrente, no

# *Superior Tribunal de Justiça*

importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente